ESTADO DE MINAS

Publicado em 19/11/2022 - 05:55

Mais dois mineiros na equipe de transição

SUCESSÃO

O ex-prefeito Patrus Ananias e o economista Mauro Borges Lemos participarão dos grupos de desenvolvimento social e combate à fome e de indústria e comércio, respectivamente

Dois ex-ministros mineiros também integram transição

LEANDRO COURI/EM/D.A.PRESS

Patrus Ananias comandou Desenvolvimento Social nos governos Lula

GUILHERME PEIXOTO

Mais dois mineiros passam a integrar a equipe de transição do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). São eles o deputado federal Patrus Ananias (PT) e o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Mauro Borges Lemos. Patrus vai compor o grupo técnico desenvolvimento social e combate à fome. Ex-prefeito de Belo Horizonte, ele foi titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2004 e 2010, nos dois primeiros mandatos do petista. A nomeação do parlamentar já consta no Diário Oficial da União (DOU). A composição original do grupo foi oficializada no último dia 11. Na quinta-feira, porém, o núcleo de transição publicou uma retificação a respeito dos integrantes do grupo, já contemplando Patrus. Foi durante a gestão dele no ministério que o programa Bolsa-Família ganhou corpo. A transferência de renda é um dos pilares da área social no futuro governo. Aliados de Lula se amparam na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, entregue ao Congresso na quarta-feira, para garantir a manutenção dos R$ 600 a partir de 2023.

Patrus vai ter, no grupo sobre combate à fome, a companhia do correligionário André Quintão, deputado estadual. Eles são do mesmo grupo político e atuam juntos na área social. Quintão foi, inclusive, secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Belo Horizonte nos anos 1990, quando Patrus era prefeito. O grupo tem ainda a participação da senadora Simone Tebet (MDB-MS), terceira colocada no primeiro turno da eleição presidencial e que aderiu à candidatura de Lula no segundo turno.

Outros integrantes do PT mineiro também vão fazer parte do processo de transferência de governo entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e Lula. A deputada estadual eleita Macaé Evaristo foi nomeada para o grupo de educação, enquanto Martvs das Chagas, sociólogo, integra o de igualdade racial.

ECONOMISTA Outro nome confirmado ontem para a equipe de transição é o do ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Mauro Borges Lemos. Ele foi nomeado com outras 12 pessoas para a coordenação do grupo técnico de indústria, comércio e serviço. Ao todo, o futuro vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), coordenador da transição, escolheu mais de 200 pessoas para 31 áreas.

Mauro é economista e assumiu a pasta em 2014, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (PT). Na época, ele substituiu Fernando Pimentel (PT), que viria a disputar e vencer a eleição para o governo de Minas Gerais. Posteriormente, Mauro também foi presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

EDÉSIO FERREIRA/EM.DA.PRESS

Mauro Borges foi titular de ministério no governo Dilma Rousseff

Defesa terá titular civil, confirma Mercadante

São Paulo – O coordenador dos grupos técnicos (GTs) da transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reafirmou, ontem, que o ministro da Defesa que será anunciado "será um civil". "O presidente Lula já disse isso publicamente, que o ministro da Defesa será um civil. Foi no governo dele e será no novo mandato", afirmou Mercadante, em entrevista no Centro Cultural Banco do Brasil. A pasta foi criada em 1999 e foi chefiada por civis nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. Em 2018, último ano do governo Michel Temer, a pasta passou ser comandada por militares. O governo Jair Bolsonaro, que assumiu em 2019, também manteve militares à frente do ministério nos últimos quatro anos.

Lula já havia dito que a pasta não seria ocupada por um militar. Atualmente, o Ministério da Defesa é ocupado pelo general do Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. "Sou favorável a um civil como ministro da Defesa. Pode ficar certo que será um ministro da sociedade civil, não será um militar", garantiu o petista, em julho, ainda durante a campanha eleitoral.

Sobre o grupo técnico da Defesa, Mercadante disse que os nomes serão anunciados na próxima segunda-feira e serão plurais. "O grupo terá representatividade e será plural. Acho que está muito bem construído o grupo. Pela composição do grupo, pela representatividade, pela estatura das pessoas que vão participar, vai ser uma excelente solução", declarou.

REVOGAÇÃO DE SIGILO

Ainda ontem, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), que passou a integrar o grupo de transição de governo que trata de transparência, afirmou que a equipe vai sugerir a revogação de uma lista de atos do presidente Bolsonaro que impuseram sigilo de 100 anos a documentos do governo. Câmara não chegou a citar nenhum ato especificamente, porque caberá ao governo eleito, uma vez assumido, definir o que será ou não revogado. O governador confirmou, porém, que a relação desses atos será analisada e apresentada nas próximas semanas.

O governo Bolsonaro impôs segredo de 100 anos, por exemplo, sobre visitas feitas à primeira-dama, Michelle Bolsonaro, no Palácio do Alvorada. A Receita Federal determinou sigilo pelo mesmo prazo no processo que julga uma possível atuação do órgão para auxiliar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL) no caso de desvio de dinheiro conhecido como "rachadinha". O acesso à ficha funcional de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, acusado de operar o esquema, também foi bloqueado pelo governo federal.

A Presidência da República restringiu também a divulgação sobre crachás e registros de entrada no Palácio do Planalto de dois filhos do presidente: o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL). "Vai (perder o sigilo) se tiver alguma situação que esteja extrapolando o limite do razoável. Lógico que o grupo vai sugerir o que seja revogado", disse Paulo Câmara, sem citar casos específicos.

Paulo Câmara está entre os nomes cotados para assumir a Controladoria Geral da União (CGU). Ele disse que o governo também vai montar uma estrutura fortalecida de transparência, de forma que atue no enfrentamento de casos de corrupção. Outro ponto de partida do grupo será o trabalho apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que vai apontar uma lista com 29 "áreas críticas" no Executivo, onde há riscos de fraudes.

O material será enviado pelo ministro Bruno Dantas, presidente em exercício do TCU, ao coordenador da transição governamental, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB). Em ofício de 8 de novembro, Alckmin havia solicitado contribuições da corte de Contas e acesso a relatórios e auditorias que Dantas julgasse importantes para a transição. A chamada Lista de Alto Risco enumera problemas crônicos da administração identificados pelo TCU nos últimos cinco anos e que ainda não caminham para solução.

A última atualização do relatório de fiscalização é de junho. Conforme o tribunal, são 29 áreas que representam "riscos por vulnerabilidade a fraude, desperdício, abuso de autoridade, má gestão ou necessidade de mudanças profundas para que os objetivos das políticas públicas sejam cumpridos". Há problemas listados nas áreas de saúde, educação, transporte, benefício assistencial, contratação pública, segurança cibernética, obras paralisadas, políticas públicas de inovação, qualidade e transparência dos dados governamentais informatizados.

NELSON ALMEIDA/AFP

> O presidente Lula já disse isso publicamente, que o ministro da Defesa será um civil. Foi no governo dele e será no novo mandato"
>
> **Aloizio Mercadante,** coordenador dos grupos técnicos da equipe de transição

Privatização dos Correios é descartada

Brasília – O ex-ministro do Planejamento e das Comunicações Paulo Bernardo informou ontem que a equipe de transição vai recomendar a retirada do Congresso Nacional do projeto que privatiza os Correios, apresentado pelo governo Bolsonaro. Integrante do grupo temático sobre comunicações, ele disse que também deve ser proposta a revogação do ato que unificou a programação da TV Brasil com a da NBR. "Acabar com essa ideia de privatizar os Correios. Acho que eu poderia dizer até que a gente mais ou menos antevê o que o presidente pensa sobre isso", afirmou ele em entrevista.

O projeto de lei que possibilita a privatização dos Correios está parado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado desde novembro de 2021. Não existe relator designado para o texto até hoje. O Supremo Tribunal Federal analisa ação sobre a constitucionalidade da privatização. Em manifestação enviada ao Supremo em abril de 2021, o procurador-geral da República, Augusto Aras, foi contrário à privatização total dos Correios. Para ele, não é possível desestatizar os serviços postais e o correio aéreo.

Paulo Bernardo informou ainda que o seu grupo já teve reuniões com representante da Secretaria-executiva e de Telecomunicações do atual ministério, além de integrantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ainda deverão ser feitas reuniões com representantes dos Correios, Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "Tem um problema da EBC que precisa ser resolvido. A EBC tinha vertente que é a TV pública e a vertente que é a comunicação do governo, a NBR. Foi tudo juntado. Eles pararam de ter essa separação e foi juntado numa única empresa. Nós achamos que tem que separar também", declarou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Copyright © Clipclap 2025.